

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — !Que campos maravilhosos! Com que beleza se depara ao se sobrevoar as selvas amazônicas! Que riqueza o Rio Araguaia, onde o cidadão mergulha e arranca o seu diamante! Que maravilha o verificar o sertão nordestino, com o Polígono das Secas! Verificar o sertão de a mar o seu cabritinho, o seu carneiro! Que maravilha o ver a paciência do brasileiro! Que maravilha verificar o coitado do produtor de algodão do nordeste brasileiro, a pegar o seu algodãozinho. Quando não há algodão, não há produção o algodão custa 1.600,00 cruzeiros a arroba. Quando o coitado do agricultor, miserável, sacrificado pela própria natureza, tem o seu algodão, vai à praça vendê-lo às duas firmas que monopolizam o algodão do Nordeste brasileiro: a SANBRA e a Anderson Clayton, que impõem o preço de mil cruzeiros.

Que maravilha verificar as verbas do Governo Federal serem entregues às mãos dos políticos e os políticos chegarem à cidade deles e dizem: "vamos abrir esta estrada" sem planejamento, faz arrebanho daquela multidão aflita, miserável, morta de fome e põe para abrir estrada, na base da picareta, gastando fortunas monstruosas.

Ainda mais, o quilo de feijão custa, no mercado, 20 cruzeiros. O próprio cidadão político monta um boteco para vender feijão, mas quando o cidadão que não tem dinheiro vai comprar, a base de vale, paga não mais 20 cruzeiros e sim 40 cruzeiros...

O homem que se aproveita da miséria alheia, à custa do dinheiro do Governo, que é do povo explorado, do cidadão que naquela terra deixa parte de sua existência... Que maravilha assistir a este panorama!

Eis exatamente o que eu desejava dos políticos nossos, desses que querem impedir essas reformas essenciais para a sustentação da nação. Que, ao invés de apanhar um Super Constellation, um Convair, um Boeing 707, com todo o conforto, para fazer as delícias da Suíça, da Suécia, da Dinamarca, da Alemanha, dos Estados Unidos, dessem um pulo lá às margens do Araguaia, do Tocantins, do Amazonas; um pulinho às regiões secas da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará Piauí e parte ainda do Maranhão! Ah, se dessem um pulinho a Mato Grosso, para verificar os rebanhos bovinos bravios. Ah, se fossem ao este brasileiro e dessem até a Bahia, para verificar as misérias e contrastes, a produção de cacau que o Brasil poderia ter, ganhando um grande mercado, mas perdeu pela inépcia dos homens públicos. Ah, se eles fossem ao Nordeste verificar a produção de cera de carnaúba, para ganhar mercados no Exterior e adquirir divisas para a nação e sustentar milhares de vidas do Nordeste!

Ah, meu desejo também seria estar em toda parte, sentindo, estar em todas as tribunas, para com minha humildade, minha sinceridade — embora não sendo necessário — conhecer toda a nação e poder sentir, poder comungar deste panorama de paradoxos, de contrastes imensos que faz lembrar aquele soneto — "Contrastes":

"Quando partimos no vigor dos anos
Da vida pela estrada florescente
As esperanças vão conosco à frente
E os desenganos vão ficando atrás.

Rindo, cantando, céleres, ufanos,
vamos marchando descuidadamente;
e eis que surge a velhice de repente
ceifando ilusões, matando enganos.

E então é que enxergamos claramente
quanto a existência é rápida e fugaz
E vemos que sucede, exatamente,
ao contrário dos tempos de rapaz:
os desenganos vão conosco à frente
e as esperanças vão ficando atrás."

Esse é o panorama do Brasil: esta velhice também deixa as esperanças atrás e vai com os desenganos à frente. Prefiro ficar com as esperanças a frente e deixar os desenganos atrás.

Tem o aparte do nobre deputado Aristides Troncoso Peres. O Sr. Aristides Troncoso Peres — Há mais de uma hora ouço V. Exa., tecendo críticas aos deputados federais, senadores e até ao Presidente da República...

O SR. JOSÉ SABIA — Aqueles que não querem as reformas. O Sr. Esmeraldo Tarquinio — Está melhorando! V. Exa. já não está generalizando...

O Sr. Aristides Troncoso Peres — ... fez acusações aos deputados, aos senadores e até ao Presidente da República. Lamenta V. Exa. que estes homens não conheçam as grandes riquezas que fazem inexploráveis, em nosso país. Quero dizer, também, a V. Exa., que V. Exa. incide no mesmo erro: se aqueles desconhecem as grandes riquezas do país, V. Exa., como parlamentar paulista, desconhece as grandes riquezas deste Estado. A grande fortuna, a grande riqueza do Estado de São Paulo está no seu potencial hidroelétrico, desde aquela que vem da Serra do Mar, Rio Grande, Furnas, Rio Paraná, Iguaçu e Sete Quedas. Tudo é em potencial. Há 50 anos, nobre deputado, o ilustre Euclides da Cunha já dizia, a respeito de Urubupungá, o seguinte: no dia em que se instalar aqui uma usina, esta região será o maior parque industrial da América do Sul e a sua agricultura terá o maior desenvolvimento deste país. V. Exa., nobre deputado, que ocupa essa tribuna com o propósito de obstruir, para se impedir de dar meios para as usinas elétricas no Estado de São Paulo, age como mau político. Entendo, nobre deputado, que V. Exa. deveria apreciar emenda por emenda, mas devia discutir a Lei de Caráter Financeiro, porque, agora, o que V. Exa. está fazendo é impedir o desenvolvimento do potencial hidroelétrico de São Paulo e, mais ainda, condenar o nosso caboclo a uma vida quase infame, pois não se pode combater o amarelão, nobre deputado, sem instalações sanitárias, e estas não são possíveis sem a eletrificação da região rural. De modo que quando V. Exa. impede a eletrificação do Estado de São Paulo e de todo o sul, V. Exa. está prestando um desserviço às populações mais humildes. E se V. Exa. é sincero quando vem defender o colono, o meeiro, V. Exa. há de convir comigo que não tem o direito de estar obstruindo meios para que seja resolvido o problema dessa gente, através da energia elétrica.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Nobre deputado Aristides Troncoso Peres, a quem passei a admirar desde o dia que aqui chegou, quero dizer a V. Exa. que sou um deputado de oposição, não intransigente, sou um deputado independente e já fixei minha posição. Sou tão independente, nobre deputado, que lutei, nesta tribuna e nesta Casa, para dar ao Governo ou resarzir o Governo de um prejuízo da ordem de 30 bilhões de cruzeiros, quando tratei daquele projeto de isenção de vendas e consignações. Eu, deputado da oposição, eu, deputado independente, que não vou ao governo, não preciso de governo, não pertencerei ao atual governo, nem no passado, nem no presente, não pertencerei a esse ou a outro qualquer governo, porque o meu mandato, a representação que aqui tem está acima das minhas conveniências, porque acima das minhas conveniências, estão os interesses do povo, que meu mandato a esta Casa, mesmo que fora do próprio Governador Jânio Quadros, com quem estive, não votaria uma lei de caráter financeiro, vejamos bem porque entendo que abdicaria das minhas prerrogativas de deputado, e não votaria o Plano de Ação do Governador Carvalho Pinto, porque a Assembleia abdicou da sua representação, das suas prerrogativas, porque a Casa passou a legislar sobre votos de louvor e de congratulações.

Então, o meu mandato — sei que não posso vencer a Casa, porque a maioria é que vence — será exercido. Estou aguardando que a lei tenha o eu tenha a oportunidade — a lei está aí para entrar em pauta — de discutí-la, para sustentar o meu aspecto criterioso, de oposição não destrutiva, mas construtiva. O Governo me respeita e tem que me respeitar porque eu respeito o Governo. Não vou para o terreno das difamações pessoais e nem das retaliações. Não me interessa isto. Vou discutir com alto gabarito (muito bem) para fixar a minha posição. Porque eu, como deputado de oposição — vejamos bem — deputado de oposição autêntica, não vou amanhã ser opositor, incoerente, "to be or not to be" (risos), ser ou não ser. Eu sou autêntico, nobre deputado. De maneira que não sou aquele que é ou não é segundo as suas conveniências políticas.

De maneira que, nobre deputado, a minha posição é esta. Quanto aos recursos para a instalação das escolas de iniciação agrícola, vem aqui o Governo e vota a medida.

O Sr. Pedro Geraldo Costa — V. Exa. havia me prometido um aparte.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Quanto às hidroelétricas, cabe a esta Casa e à maioria parlamentar sustentar uma luta. E sou ainda mais, nobre deputado Troncoso Peres, meu caro amigo, da cidade de Araraquã, que veio abrigar esta Casa, sou de opinião que a oposição deve fixar a posição de oposição, uma posição objetiva, positiva exigindo do Governo a prestação de suas contas, porque é para isto que nos parlamentares existe a minoria, não uma minoria de bancaria, não uma oposição de conveniências.

E' por isto que o Regimento da Casa oferece a oportunidade de o

deputado permanecer na tribuna, a discutir, a obstruir os trabalhos. Mas chegará a minha vez, nobre deputado, em que eu irei apresentar as razões fundamentais porque discordo de determinados aspectos...

O Sr. Gustavo Martini — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — ... da lei de caráter financeiro. A V. Exa. talvez estará ao meu lado. Somente depois de meu pronunciamento, porque isto é apenas um "trailer" uma antecipação.

Concedo em primeiro lugar um aparte ao meu eminente amigo, santista de quatro costados, Oswaldo Martins, que nesta Casa também se encontra ao nosso lado, defendendo aquelas teses de observância e de fiscalização dos atos do Governo, oposição autêntica.

O Sr. Oswaldo Martins — Exatamente, nobre deputado. Eu iria fazer uma pergunta a V. Exa. Porque, como V. Exa. não ignora, eu também sou signatário do documento da oposição. Mas V. Exa. citou que é um opositor autêntico, autêntico e independente. Eu gostaria de perguntar a V. Exa. não que eu duvide, mas apenas para meu conhecimento se naqueles elementos que assinaram o documento de oposição V. Exa. reconhece algum deputado que não seja autêntico e independente.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Nobre deputado, para isto é que foi feito por um protocolo de alto gabarito, em que a maioria fixou a sua posição. E eu pergunto a V. Exa., quantos subscreveram o documento e quantos senhores deputados estão com o Governo? Para V. Exa. verificar e comparar devem ter subscreito o requerimento 28 Sis, deputados. E quantos Srs. deputados compareceram para votar a Lei de Caráter Financeiro e dar número? E a pergunta que dirijo a V. Exa.

O Sr. Oswaldo Martins — Nobre deputado José Lurtz Sabia, V. Exa. não respondeu a minha pergunta V. Exa. está me fazendo outra pergunta. Responderei à pergunta de V. Exa. quando V. Exa. responder a minha. Vou repetir a minha pergunta porque creio que V. Exa. não a entendeu. Acredita V. Exa. que entre os Srs. deputados que assinaram, deputados da oposição, existe algum deputado que não seja autêntico?

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Claro que são todos autênticos. A não ser que entre os que assinaram o protocolo venha existir algum que amanhã mude de ideia.

O Sr. Oswaldo Martins — Se isso acontecer faço questão de V. Exa. denuncie, hipótese em que não acredito.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Se acontecer, eu denunciarei.

O Sr. Gustavo Martini — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento do orador) — Com Tobias ou não Tobias, V. Exa. continua enchendo o plenário com uma brilhante argumentação, com adjetivos que satisfazem plenamente aqueles que acompanham o discurso de V. Exa. No aparte anterior ouvimos de V. Exa. com relação à Lei de Caráter Financeiro, referências aos deputados que compunham a legislatura passada, dizendo que eles se preocupavam com votação de requerimentos de votos congratulatórios, relegando a um plano secundário, naquela altura, os altos interesses do Estado, que estavam representados naquela mensagem enviada a esta Casa pelo Governador Carvalho Pinto. Nós, naquela ocasião, compunhamos o sistema governista nesta Casa, e poderíamos, como podemos neste instante afirmar que, devido a oposição de então, não pudemos dar aquela lei em tempo oportuno e necessário. Mas nem por isto a Assembleia desviou-se de seu caminho para atender a votos congratulatórios. Pelo contrário, naquela ocasião, a situação de hoje, o Partido Social Progressista, através de uma pequena minoria, fez com que a maioria não conseguisse a aprovação da Lei de Caráter Financeiro.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Muito obrigado, nobre deputado Gustavo Martini, pela satisfação que me deu com o seu aparte.

Eu disse apenas que, se naquela ocasião fosse parlamentar, não votaria o "Plano de Ação", porque a Assembleia assim agindo entregaria ao Governador um cheque em branco, como fez o "Plano de Ação", no meu entender, embora com pontos objetivos, uma titulação financeira, e retirou da Assembleia as suas funções de Poder Legislativo e fiscalizador.

Foram dados ao governo 100 bilhões de cruzeiros. E que fez o governo com os 100 bilhões de cruzeiros? O que queria e desejava.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. está esgotado.

O Sr. Murilo de Souza Reis — (Para reclamação) — Sr. Presidente havia me inscrito há pouco e cedido o meu tempo ao nobre deputado José Lurtz Sabia. Se V. Exa., na ocasião, não anotou a minha inscrição, peço que anote agora e cede o meu tempo ao nobre deputado José Lurtz Sabia.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, V. Exa. está inscrito.

O nobre deputado José Lurtz Sabia continua com a palavra por mais trinta minutos, por cessão do nobre deputado Murilo de Souza Reis.

O Sr. José Lurtz Sabia — De maneira que, respondendo às palavras do eminente amigo Gustavo Martini, tenho a dizer que eu não votaria o Plano de Ação, porque teria que me sujeitar ao Gabinete do Governador, ao invés de ter a Assembleia funcionando. Ao que me consta, o Plano tinha um coordenador Chegava-se lá e pedia-se um grupo escolar para a Vila Fulano dos Anzóis. Eli dizia: "Não vamos dar grupo escolar para este setor". E o Plano de Ação era no sentido financeiro. O Governo tinha o dinheiro em mãos, votado pela Assembleia, e fazia o que bem entendia. No meu entender, com isso tirou da Assembleia as suas prerrogativas, porque passou-se a obedecer o critério de o deputado ir lá pedir ao invés de apresentar o projeto nesta Assembleia para aprovação e execução por parte do Executivo. Passou o deputado a ter que ir ao Gabinete, ver com o coordenador do Plano de Ação a conveniência ou não da instalação disto ou daquilo, e passou a Assembleia a não fiscalização da execução do Plano. Então, eu não aprovaria, não daria ao Governo aquele Plano de Ação por quatro anos, porque o que importa ao Governo é o dinheiro. Votando, não posso reclamar mais do Governo.

O Sr. Gustavo Martini — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Então continuamos na mesma. V. Exa. defendendo uma tese, aliás respeitável, e eu defendendo a participação que tivemos por ocasião da votação do Plano de Ação. Eu desejava esclarecer ao nobre deputado que os parlamentares de São Paulo que na ocasião votaram o Plano de Ação não ficaram ligados, de forma alguma, ao Gabinete do Governador. Absolutamente! Aqueles parlamentares que votaram a favor do Plano de Ação fizeram-no conscientes do que estavam votando. Repito: continuamos na mesma: V. Exa., de um lado, a defender um ponto de vista, e nós de outro lado. Continuamos, como ontem, a dizer aqueles que nos indagam: os deputados que votaram o Plano de Ação naquela ocasião não se atrelaram, absolutamente, a gabinete algum, nem do Governador, nem da Comissão de Planejamento, nem de qualquer Secretário.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Nobre deputado, a afirmação de V. Exa. não espelha a veracidade dos fatos que ocorreram, porque, ao que tenho notícia, realmente as portas do Palácio ficaram gastas durante quatro anos, porque o deputado tinha que recorrer constantemente ao Governador.

O Sr. Gustavo Martini — Aliás, é o que se observa nos dias de hoje: os degraus do Palácio, cansados, naquela ocasião, estão hoje em dia se tornando mais finos, porque hoje, ao invés de 75 ou 91, são 115 deputados.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Srs. deputados, vou interromper um pouco a minha oração porque o Sr. Presidente deseja fazer uma comunicação à Casa.

Discurso pronunciado na 81.ª Sessão Ordinária ... do dia 21-5-63

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Sr. Presidente e Srs. deputados, que falta está fazendo a este País um líder como Getúlio Vargas! Não sabemos, Sr. Presidente, se esta Casa vai estar aberta amanhã. E se ela não estiver aberta amanhã, estará de luto a Nação brasileira. Vão terminar as nossas liberdades.

Há mais de dez dias procurei três ilustres deputados. Falei a S. Exas., o nobre deputado Araripé Serpa, o nobre deputado Nelson Pereira e o nobre deputado Mario Telles. Falei a S. Exas. das minhas preocupações. Encareci a esses nobres deputados a necessidade de um entendimento com V. Exas. para que V. Exa. promovesse uma sessão no Palácio 9 de Julho, convidando autoridades, convidando estudantes, convidando o povo para que viesse a esta Casa ouvir a palavra daqueles que representam esse mesmo povo, esse mesmo estudante, essa mesma autoridade. Porque sabia, Sr. Presidente, talvez pressentindo, mais do que eu mesmo sabendo, que coisas estranhas estavam acontecendo nesta calmaria que se sentia na vida do País. Toda a gente sabe que sou, e com que orgulho cívico, uma getulista. Uma getulista que ocupa esta tribuna no latidão 24 de agosto, homenageada por toda esta Casa, homenageada ou não a deputada, a sinceridade desta deputada. Esta Casa, homenageando a minha sinceridade, comovida sentia uma dor sobre o destino da Nação. Sou, continuou sendo, e mais razão cada dia tenho de ser getulista. De uma certa forma de velha ser janguista. E tenho autoridade para dizer neste momento Sr. Presidente, com muita tristeza, com tristeza mesmo. Deus sabe disso, que o responsável por esta situação, depois de Dr. Jânio Quadros, é o Dr. João Goulart. (Muito bem!) (Muito bem!)

Maldita herança recebemos após a renúncia, maldita herança temos em mãos. O que fizeram desta Nação? Uma Nação que cominhava a passos largos para o seu desenvolvimento, uma Nação entusiasmada que deu seis milhões de votos a um homem, uma Nação triste, magoada, voltava-se para outro homem e exigia imediatamente a posse do Vice-Presidente eleito. Esta mesma Nação